

A aplicabilidade dos conceitos de crescimento inteligente “Smart Growth” por meio dos instrumentos de intervenção urbana: PIU Rio Branco

The applicability of the concepts of Smart Growth through the instruments of urban intervention: PIU Rio Branco

Gabrielle Veroneze Mendes Muniz, Pós-graduanda em Reabilitação ambiental arquitetônica e urbana, Universidade de Brasília

gabrielle_mendes1@yahoo.com.br

João Fernando Pires Meyer, Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo

joaomeyer1@yahoo.com.br

Liza Maria Souza de Andrade, Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília

lizamsa@gmail.com

Resumo

O rápido crescimento urbano desafia as metrópoles de todo o mundo com problemas conhecidos como uma infraestrutura insuficiente, falta de transporte público acessível, carência de áreas verdes, degradação ambiental, esvaziamento dos grandes centros e conseqüentemente a dispersão urbana. Na procura de um urbanismo com respostas para um desenvolvimento sustentável e inteligente à escala local, começam a surgir movimentos do urbanismo contemporâneo como as Cidades Compactas e o “Smart Growth” que tem como princípios a mobilidade, aproveitamento de áreas públicas e privadas, diversificação de usos, reabilitação social e ambiental.

A partir do conhecimento desses movimentos, este artigo correlacionará os conceitos das cidades compactas e do “Smart Growth” com os novos formatos de desenvolvimento local – o PIU Rio Branco, instrumento urbano recém-lançado no município de São Paulo. Os resultados demonstram grandes intenções para a criação de um modelo urbano pautado sob os princípios da sustentabilidade urbana, ambiental, cultural e social.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano sustentável; Cidades compactas; Crescimento inteligente; Dispersão urbana; Intervenções urbanas

Abstract

Rapid urban growth challenges metropolises around the world with known problems such as insufficient infrastructure, lack of accessible public transportation, lack of green areas and leisure, environmental degradation, emptying of large centers and consequently urban sprawl. In the

search for an urbanism with answers to a sustainable and intelligent development at the local level, movements of contemporary urbanism such as the Compact Cities and Smart Growth begin to emerge, whose principles are the pursuit of the promotion of quality of life, mobility, use Of public and private areas, diversification of uses, social and environmental rehabilitation.

From the knowledge of these movements, this paper will correlate the concepts of compact cities and "Smart Growth" with the new formats of local development - the PIU Rio Branco, an urban instrument recently launched in the city of São Paulo. The results show great intentions for the creation of an urban model based on the principles of urban, environmental, cultural and social sustainability.

Keywords: Sustainable urban development; Compact cities; Smart growth; Urban sprawl; Urban interventions

1. Introdução

Com o início da Revolução Industrial no século XVIII as cidades tiveram um crescimento vertiginoso tornando-se majoritariamente urbana. Ao longo do tempo elas têm sofrido profundas alterações, sendo umas das mais visíveis o rápido crescimento resultante da industrialização e do aumento na mobilidade proporcionada pelos sistemas de transportes.

Para as cidades brasileiras a urbanização é um fenômeno relativamente recente, na década de 1940 a maioria da população ainda era tida como rural. Na década de 1970, conforme censo realizado pelo IBGE (2016), a população se torna predominantemente urbana e desde então a taxa de urbanização cresceu de 55,9% para 81% em 2000, até atingir em 2010 a taxa de 84,4%. Esse crescimento pode ser sentido especialmente nas nove principais regiões metropolitanas brasileiras.

A expansão e urbanização trouxeram efeitos como um crescimento populacional, desordenado e disperso. Caracterizado inicialmente pelo esvaziamento dos grandes centros e conseqüentemente por ocupações periféricas e descontínuas ao redor dos perímetros municipais, eixos de polarização linear e lindeiro aos eixos estruturais rodoviários. Segundo Reis a existência de uma “urbanização dispersa” é caracterizada pelos deslocamentos de atividades tipicamente urbanas para o campo, conformando-se em uma série de polos urbanos separados por vazios rurais. (REIS, 2006, p.20)

Essas transformações são consideradas desafiadoras para o planejamento regional atualmente praticado, principalmente na abordagem para um futuro saudável e sustentável das cidades. No que trata da qualidade de vida das pessoas, a dinâmica da economia e a exploração dos recursos naturais.

Nos Estados Unidos e Europa a análise desses processos já vem sendo bastante debatida e articulada em produções do espaço urbano, e alguns conceitos começaram a ser estudados como o *Urban Sprawl* (urbanização dispersa).

No Brasil não foi diferente, e há algumas décadas atrás os grandes centros urbanos começaram a esvaziar-se caracterizando um alto fluxo migratório para as bordas das cidades. Uma das principais características abordadas para a causa dessa dispersão (spraw) se dá no período do pós Segunda Guerra, a população de média e alta renda começam a buscar mudanças no estilo de vida, ou seja, migram para longe dos grandes centros a fim de terem mais qualidade de vida e segurança.

Em busca de novas perspectivas e enfrentamento a essa dispersão, novas condições sociais demonstraram a necessidade de um planejamento urbano holístico, que levasse em consideração não só as diretrizes físico-territoriais, mas também as condições econômicas, políticas e ambientais das cidades, sobretudo enquadradas nos movimentos ambientalistas associados à Sustentabilidade.

O objetivo deste artigo parte destes novos modelos de desenho e planejamento urbano, praticado por movimentos do urbanismo contemporâneo nacional e internacional, especialmente no que se refere as análises dos conceitos e princípios das Cidades Compactas e Smart Growth. Propondo-se a discutir estes principais movimentos se fará necessário associa-los aos objetivos propostos de um novo formato de desenvolvimento local – o PIU Rio Branco, instrumento urbano recém-lançado no município de São Paulo. Esta análise permitirá mapear, caracterizar os princípios e conceitos dos movimentos contemporâneos e discutir as suas aplicabilidades no instrumento de intervenção urbana.

2. A conceituação da sustentabilidade urbana e seus movimentos

A Sustentabilidade começa a ser tratada como uma grande preocupação para o século XXI, em 1983 é organizado uma Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e quatro anos depois, é publicado o relatório “*Our common future*” ou “Relatório de Brundtland”. Em 1992, no Rio de Janeiro, a realização da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO), consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. Outra importante conquista da Conferência foi a Agenda 21, um amplo e abrangente programa de ação visando a sustentabilidade global no século XXI.

A partir daí a sustentabilidade começa a ganhar maior relevância nos cenários da arquitetura e do planejamento urbano mundial, com estudos como “*Cities for a small planet*” (ROGERS, 1998) e “*Sustainable Urbanism: Urban Design With Nature*” (FARR, 2007), e o objetivo dos estudiosos se voltam para as melhores condições de vida urbana nas cidades.

Dentro deste contexto, entre as décadas de 1980 a 1990, surgem alguns movimentos contemporâneos em busca, quem sabe, de uma evolução teórica ou até da reinvenção do conceito do Urbanismo dentro de uma nova corrente de pensamento.

Esses movimentos conhecidos como as Cidades Compactas e sustentáveis possuem iniciativas para implementação de melhorias ao ambiente urbano, com esforço das interações entre o desenvolvimento urbano, no seu sentido capitalista, com os valores “comunitários” e com uma certa escala humana, enfim quase uma espécie de síntese entre a tradição antimodernista, e o pragmatismo mercadófilo, e isso tudo se acrescentando o estilo pós-modernista. (SOUZA 2002, p.144).

Os conceitos desses movimentos possuem a intenção de melhorar novos comportamentos do meio urbano, assim como, controlar os efeitos de uma urbanização dispersa “Urban sprawl”. Na **tabela 1** são pontuados os aspectos da urbanização dispersa, a fim de comparar e contrapor as características dos movimentos contemporâneos.

Urban Sprawl (urbanização dispersa)	Cidades Compactas/Smart Growth
Dispersão	Maior adensamento, compacidade e melhor aproveitamento e uso do solo
Expansão em áreas rurais ou naturais, conurbação	Revitalização de áreas degradadas urbanizadas
Aumento nas distâncias e viagens percorridas por automóveis	Caminhos amigáveis ao pedestre e ciclista, Uso do transporte coletivo, Conectividade
Núcleos monofuncionais	Usos mistos e diversificados

Tabela 1: (Cidades Compactas, Sustentáveis). Fonte: elaborado pelos autores

As novas tendências e movimentos propõem compreender melhor o espaço urbano para identificar suas centralidades e limites, potencialidades e conflitos. Essas identificações colaborariam na criação de soluções para melhorias do planejamento urbano físico, aliados a estratégias de desenvolvimento econômico, social e ambiental. (LEITE e AWAD 2012).

Trazendo para o cenário brasileiro a evolução desses fundamentos e movimentos começam a penetrar e gerar fortes impactos, semelhante ao que já vem acontecendo em diversos países da América do Norte, Ásia e Europa. A aplicabilidade desses conceitos e critérios está sendo cada vez mais testada e aperfeiçoada, ganhando mais forma e consistência.

No Brasil, o conceito de cidades compactas, inteligentes e sustentáveis serve de inspiração e referência para o desenvolvimento e implantação de novos projetos, diante disso nos últimos anos começaram a surgir, sobretudo, nas principais regiões metropolitanas, um processo de produção do espaço urbano com a criação de novos núcleos, bairros e comunidades.

O conceito de cidade sustentável abrange os principais objetivos sociais, ambientais, políticos, culturais e econômicos dos seus cidadãos e, sobretudo o equilíbrio das ações da sociedade urbana na operação dos recursos naturais, sem desperdícios e esgotamento. Os princípios das cidades compactas e sustentáveis vêm se tornando prioridade para a criação de novos modelos de desenvolvimento urbano inteligente em todo o mundo.

3. O Crescimento inteligente “Smart Growth”

O *Smart Growth* surgiu em meados da década de 1980, sendo popularizado pelos urbanistas Peter Calthorpe e Andrés Duany, seu enfoque é direcionado para um desenvolvimento urbano através de políticas sustentáveis e ambientalistas, com premissas de adensamento urbano, alternativas de transporte (FARR,2007), desenho urbano orientado para o pedestre, adoção de usos mistos, senso de lugar e espírito comunitário, reabilitação de áreas degradadas, busca por qualidade de vida e bem estar do usuário e políticas de desenvolvimento econômico local. (RIO, RHEINGANTZ e KAISER 2009).

O termo crescimento inteligente é a reformulação da palavra “crescimento” para uma palavra associada ao desenvolvimento. É importante salientar a distinção do *Smart Growth* da expansão urbana pois esta é a causa dos grandes problemas existentes do crescimento

urbano desmedido e disperso, como a insuficiência de recursos, infraestrutura e a degradação ambiental. Os princípios do *Smart Growth* são voltados aos interesses de cidades, núcleos e bairros sustentáveis com intuitos de oferecer maior variedade e eficiência de opções de infraestrutura para transportes, habitações, equipamentos urbanos, desenvolvimento econômico e social, porém priorizando essas ações em territórios já urbanizados, para o redesenvolvimento ao invés do desenvolvimento de novas terras.

O *Smart Growth* se baseia em dez princípios, conforme a **tabela 2**.

Princípios do Smart Growth
1. Criar um conjunto de oportunidades e de escolhas de habitação;
2. Criar vizinhanças caminháveis;
3. Incentivar a colaboração entre comunidades e empreendedores;
4. Estimular comunidades distintas e atrativas dotadas de forte senso de lugar;
5. Tornar as decisões de desenvolvimento previsíveis e de baixo custo;
6. Usos do solo misto;
7. Preservar os espaços abertos, as fazendas, belezas naturais e as áreas críticas de desenvolvimento;
8. Assegurar a variedade de opções de transporte;
9. Reforçar a importância do desenvolvimento direto direcionado para comunidades existentes;
10. Tirar vantagens dos projetos compactos de edifícios.

Tabela 2: Os 10 princípios do Smart Growth. Fonte: elaborado pelos autores

A partir do conhecimento desses movimentos, este artigo correlacionará os conceitos das cidades compactas, crescimento inteligente “smart growth” com os novos formatos de desenvolvimento local – o PIU (Projeto de Intervenção Urbana) Rio Branco, em São Paulo.

O PDE (plano diretor estratégico) teve seu início em julho de 2014, tendo como meta a melhor orientação para o desenvolvimento e crescimento da cidade de São Paulo. Desde o seu início buscou-se um desenvolvimento planejado e atento as necessidades das principais partes envolvidas no espaço urbano, como a população, o poder público e as instituições privadas. Visando garantir uma cidade mais moderna, equilibrada, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e, sobretudo, com qualidade de vida. (PMSP, 2016)

Originados a partir das principais estratégias do Plano diretor, foram elaborados programas de intervenção urbana (PIU), que buscam o ordenamento e reestruturação de áreas subutilizadas, porém com grandes potencialidades. Podendo ser aplicados em grandes setores ou até em pequenos perímetros.

4. Projeto de Intervenção Urbana – PIU

Em parceria com a sociedade e poder público/privado foram elaborados os projetos de intervenção urbana, objetivando transformações estruturais em áreas da cidade, buscando o aproveitamento da terra e promoção de melhorias urbanísticas e ambientais.

As cidades eficientes e com crescimento inteligente são as que adotam parâmetros equilibrados nos âmbitos ambientais, sociais, econômicos e urbanos, buscando o direito da população à cidade, equilibrando a distribuição entre moradia e emprego, reduzindo a

necessidade de longos deslocamentos diários, reabilitando suas áreas degradadas e reavivando as regiões centrais obsoletas e subutilizadas.

As PIUs deverão mostrar sua agilidade e rapidez nas ações pulverizadas em diversas áreas da cidade, porém sem perder as premissas iniciais do PDE que deverá ser sempre o ordenamento territorial. As metas das PIUs são entendidas como a melhor forma de viabilizar pontuais transformações do espaço urbano através de intervenções junto aos eixos de transporte e parcerias público/privadas em imóveis subutilizados que não cumprem sua função social.

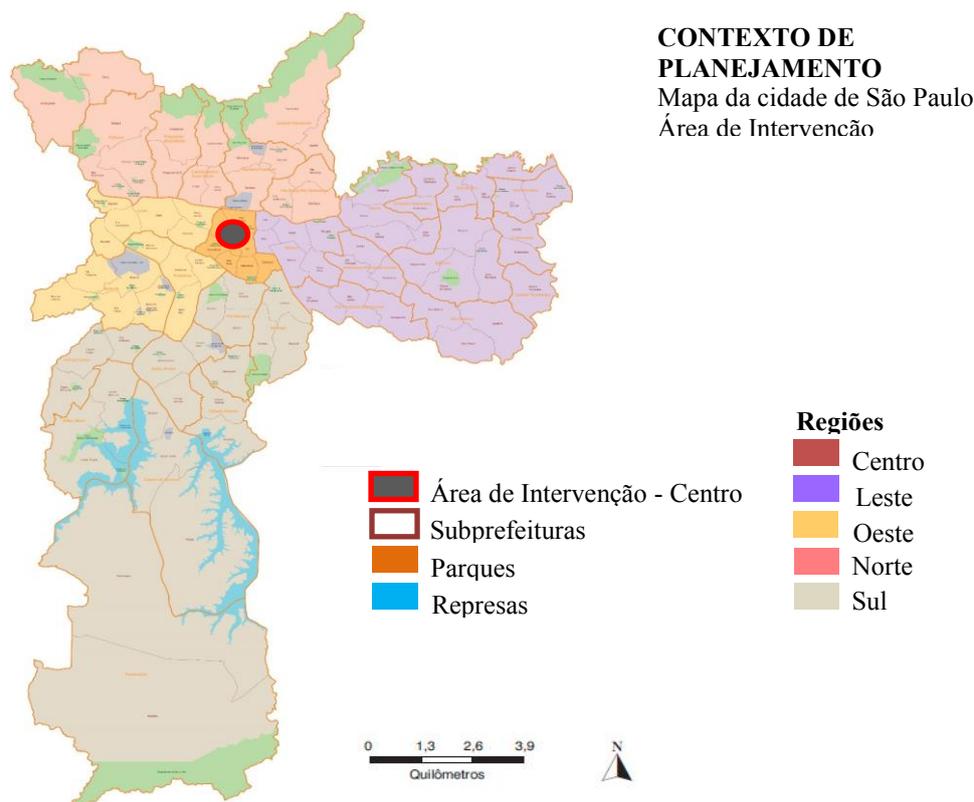


Figura 1: Contexto de Planejamento – Mapa da cidade de São Paulo. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano, 2014. Elaborado pelos autores, 2016

5. PIU Rio Branco

Os grandes centros passaram por grandes transformações como esvaziamento dos principais núcleos, consequentemente perdendo sua vitalidade, funções produtivas e protagonismo perante os cidadãos.

Essas transformações resultaram em uma série de problemas como a degradação urbana, decadência de alguns setores da economia e encolhimento da população ativa, porém com grandes potencialidades afinal são dotadas de infraestrutura e memórias.

A PIU Rio branco, nosso objeto de estudo, está situada dentro da Operação Urbana Centro, inserida na Macroárea de Estruturação Metropolitana – MEM, um importante

perímetro, localização estratégica da cidade, dotado de completa infraestrutura e constituído de potencialidades para a transformação econômica de uso e ocupação do solo.

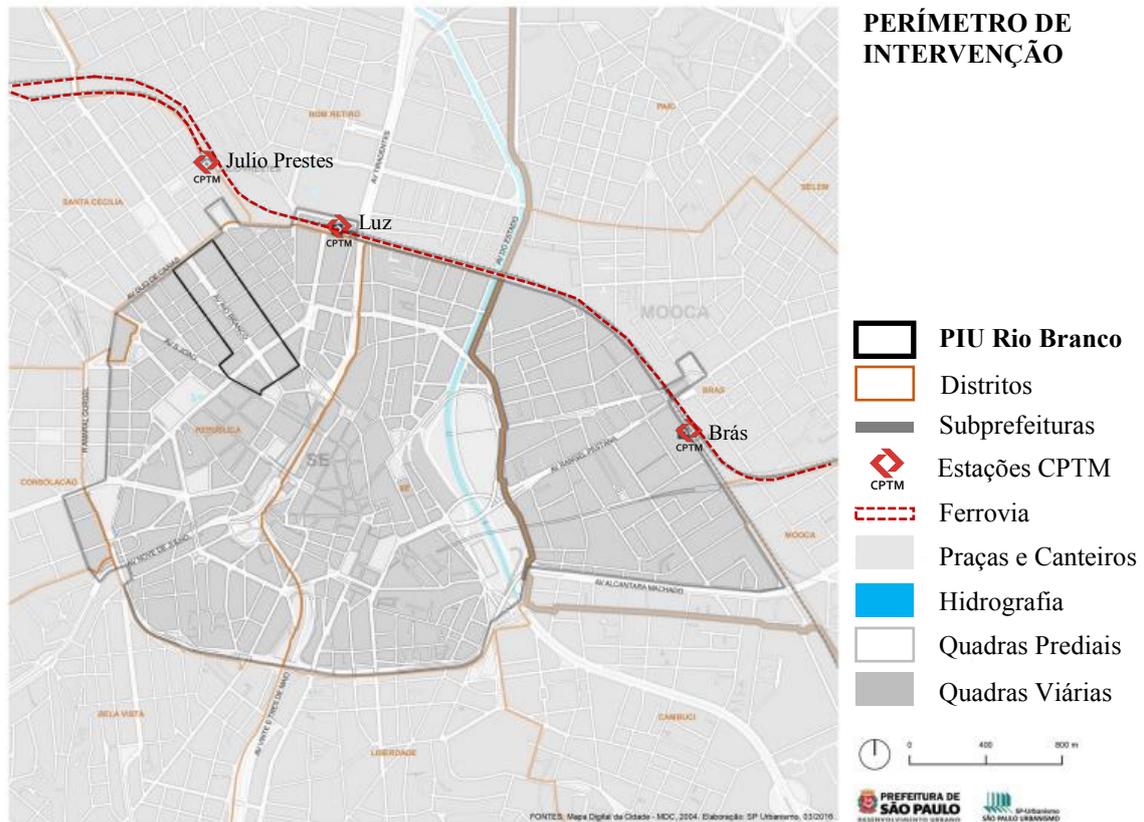


Figura 2: Perímetro de intervenção – PIU Rio Branco. Fonte: SP Urbanismo, 2016

Elaborado pelos autores, 2016

O perímetro de intervenção possui aproximadamente 220.854m² de área total (PMSP, 2016), compreendido entre o Largo do Paisandú e a Avenida Duque de Caxias e limitado entre as ruas Santa Ifigênia, Guaianases e Avenida São João.



Figura 3 e 4: Imóveis degradados na Av. Rio Branco. Fonte: Acervo dos autores, 2017

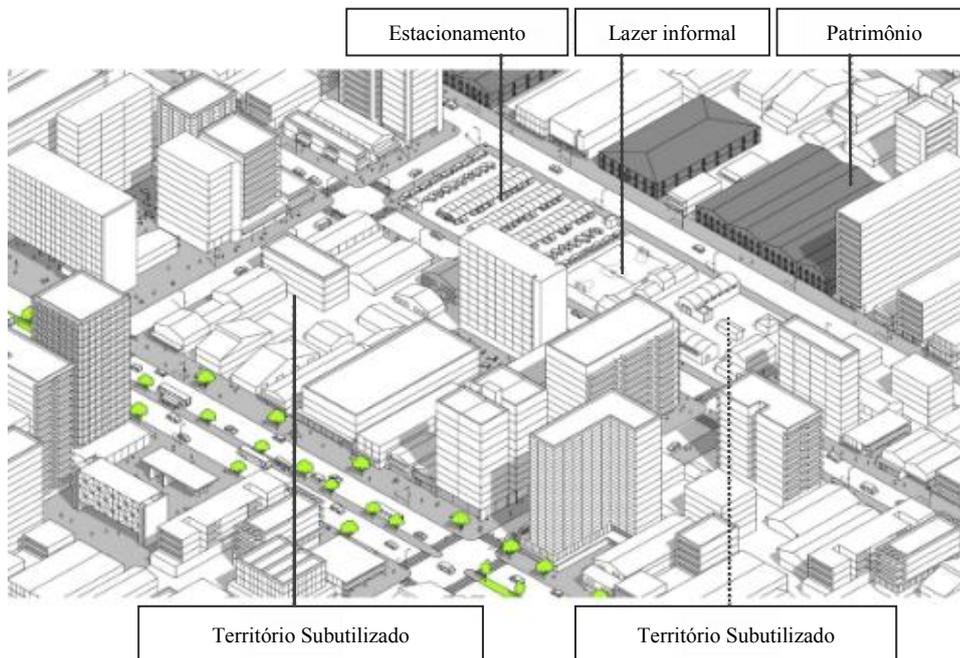


Figura 5: Situação antes da Intervenção Urbana. Fonte: Arcoweb, 2016

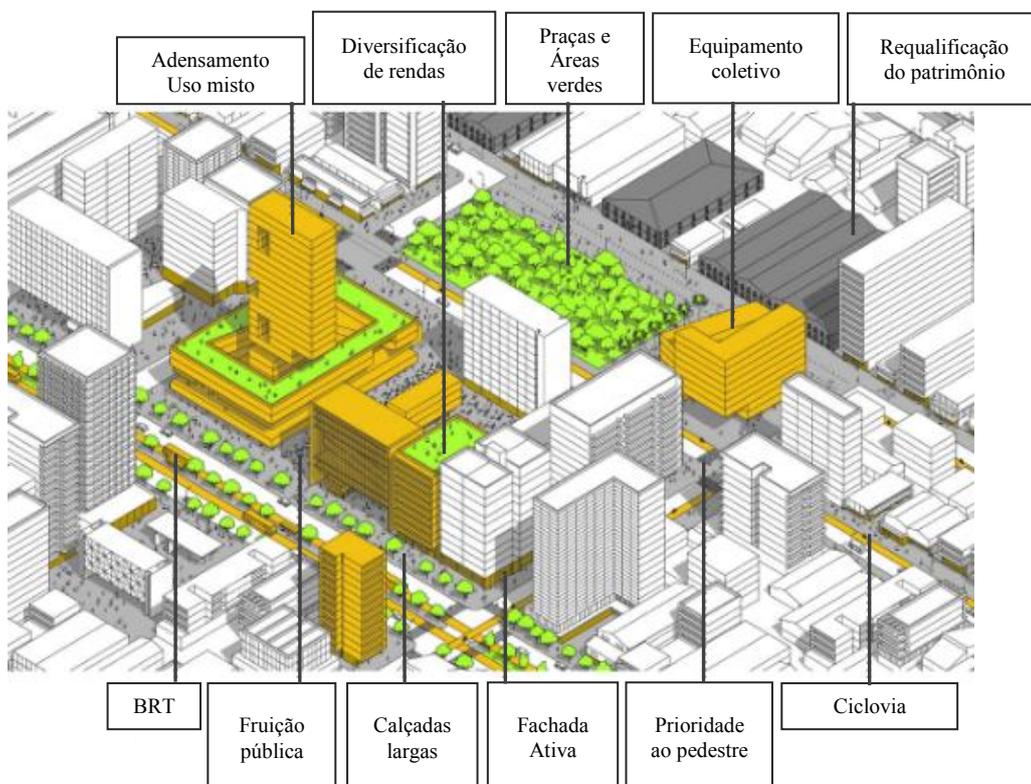


Figura 6: Situação depois da Intervenção Urbana. Fonte: Arcoweb, 2016

Objetivos

- Adensamento, diversificação de usos e rendas;
- Criação de praças e áreas verdes;
- Equipamentos de uso coletivo;
- Reabilitar e recuperar o patrimônio histórico e cultural;
- Transporte público de fácil acesso;
- Fruição pública com calçadas largas e fachadas ativas;
- Prioridade ao pedestre;
- Ciclovias;

6. Avaliação dos princípios e conceitos dos movimentos e os objetivos do programa de intervenção urbana do PIU – Rio Branco

A **tabela 3**, mostra o comparativo entre estes movimentos e os objetivos do programa de intervenção urbana (PIU);

Categorias e Indicadores	Movimentos Urbanos		Estudo de Caso
	Cidades Compactas	Smart Growth	PIU Rio Branco
Itens relacionados à Compacidade			
Uso misto e diversidade: morar, trabalhar, consumir e recrear dividindo uma mesma zona;	X	X	X
Aumento da densidade: mais pessoas em um espaço com menor projeção;	X	X	X
Itens relacionados à Mobilidade			
Facilidade para pedestres: simplificação de caminhos e acessos aos meios de transporte;	X	X	X
Conectividade: interação das cidades/bairros com o restante da cidade, com transporte público e outras alternativas;	X	X	X
Transporte público ambientalmente adequado: que não interfira diretamente no trânsito, não prejudicando o fluxo deste;	X	X	X
Itens relacionados ao Espaço Público e Área verde			
Preservação do espaço livre, agrícola e natural, encontrando formas de compensação que controlem a especulação;			
Aumento de áreas verdes e espaços de integração	X	X	X
Itens relacionados a diversidade urbana e expressão arquitetônica			
Diversificação das moradias, promovendo a interação de diferentes classes sociais e idades;	X	X	X
Qualidade do projeto arquitetônico e urbanístico;			
Estrutura de um bairro tradicional: estruturar os bairros com quadras tradicionais, projetos de vizinhança para pedestres;	X	X	X
Qualidade de vida: visar sempre bem-estar social dos usuários.	X	X	X
Desenvolver um sentido de “lugar” e identidade;	X		X

Promover o desenvolvimento de “Comunidades” de vizinhança;	X		X
Itens relacionados a eficiência no uso dos recursos naturais			
Princípios sustentáveis, como reutilização de águas pluviais, de resíduos, iluminação solar, etc;	X		
Apoiar a agricultura local, projetos ecológicos urbanos e jardinagem comunitária;	X		
Promover a reciclagem, tecnologias inovadoras apropriadas, e a conservação de recursos;	X		
Itens relacionados a atividades sociais e políticas			
Desenvolver um conhecimento aprofundado sobre os temas e problemas locais e incluir análises de custo-benefício;		X	X
Encorajar os habitantes e os agentes a participarem no processo.	X	X	X
Promover a simplicidade voluntária e estilos de vida frugais e desencorajar o consumo excessivo de bens materiais;	X		
Aumentar a consciência sobre o ambiente local através do ativismo e de projetos educacionais que aumentem a consciência ecológica;	X		
Trabalhar com empresas para apoiar uma atividade econômica ecológica ao desencorajar a poluição e a produção de resíduos;	X		

Tabela 3: Comparativo entre os princípios e conceitos dos movimentos e os objetivos do programa de intervenção urbana. Fonte: elaborado pelos autores

Após a análise da **tabela 3** comparativa acima, conclui-se que o projeto de intervenção urbana (PIU Rio Branco) possui grandes intenções para a criação de um modelo urbano pautado sob os princípios da sustentabilidade urbana.

O PIU Rio Branco atende as categorias relativas a compacidade, mobilidade, espaço público, áreas verdes e diversidade urbana, porém não se desenvolveram claramente atividades relacionadas a gestão dos recursos naturais e atividades sociais e políticas.

A gestão dos recursos naturais busca a melhor relação entre o homem e a natureza, regulando todas as atividades que possivelmente afetam o meio ambiente, os conceitos como a reutilização de águas pluviais, resíduos, iluminação solar, jardinagem comunitária, reciclagem e tecnologias inovadoras para conservação de recursos naturais. E segundo as atividades sociais e políticas ficaram ausentes os conceitos como a promoção a simplicidade voluntária e estilos de vida frugais, desencorajando o consumo excessivo de bens materiais; Aumento da consciência sobre o ambiente local através do ativismo e aumento da consciência ecológica; trabalhar com empresas para apoiar uma atividade econômica ecológica ao desencorajar a poluição e a produção de resíduos;

Apesar dessas deficiências no plano de ações, o PIU pode ser considerado um instrumento inovador e desafiador diante de todas as adversidades da cidade de São Paulo, trazendo novos parâmetros e conceitos que buscam minimizar os principais efeitos negativos do rápido processo de urbanização, como uma infraestrutura insuficiente, falta de transporte público acessível, carência de áreas verdes e lazer, degradação ambiental, esvaziamento dos grandes centros e a dispersão urbana.

Resultados esperados

- Habitações de interesse social, aproximando a moradia do emprego para a população de baixa e média renda;
- Diversificação de uso aos imóveis existentes, prioritariamente aqueles que não cumprem a função social da propriedade;
- Permanência da população residente e do comércio instalado no local;
- Fortalecimento do caráter de centralidade metropolitana, incentivando a vitalidade cultural e as dinâmicas da região;
- Valorização e proteção do patrimônio histórico, cultural e religioso, estimulando usos e atividades compatíveis com a sua preservação;
- Qualidade de vida aos moradores através da melhoria da infraestrutura, qualidade ambiental e o caráter de lazer e permanência dos espaços públicos;
- Requalificação e reabilitação de áreas deterioradas ou subutilizadas, ocupadas de modo precário ou por atividades econômicas irregulares, integrando-as às demais atividades da região.

Assim, através dessas ferramentas de intervenção urbana, a cidade de São Paulo caminha para um desenvolvimento sustentável, equilibrado e inteligente. Trazendo parâmetros oportunos dos conceitos das cidades compactas e do movimento *Smart Growth*.

7. Considerações Finais

O Projeto de Intervenção urbana – PIU Rio Branco, é considerado mais ágil e eficiente, pois consegue promover intervenções rápidas e em perímetros pequenos, portanto espera-se que este instrumento tenha êxito em suas operações. Sobretudo, aliados aos objetivos e premissas do Plano diretor estratégico (PDE) vigente. É importante salientar que alguns conceitos teoricamente não atendidos pelo PIU – Rio Branco, são praticados por outros instrumentos geridos pelo PDE, como por exemplo o programa Bordas da Cidade (Zonas rurais) onde foram criadas ações voltadas a cadeia produtiva rural e políticas ambientais.

No Brasil a aplicabilidade e viabilidade destes modelos baseados em um urbanismo contemporâneo ainda geram dúvidas e preconceitos, especialmente no que tange as particularidades e complexidades das grandes metrópoles. Ainda é necessário um conhecimento específico e maduro dos principais conceitos, princípios e critérios, para melhor aplicação e desenvolvimento nos projetos de intervenções urbanas de todo o território brasileiro.

Essa geração de bairros e núcleos planejados e ordenados acrescentarão novos paradigmas e premissas projetuais, tanto no âmbito da arquitetura quanto da escala urbana, social, política e econômica. Através de projetos elaborados com intenções claras dos conceitos e elementos relativos a cidade, edifícios, comunidades, usuários e transportes.

Referências

- ARCOWEB. Instrumentos urbanos inovadores. 2016. Disponível em:
<<https://arcoweb.com.br/noticias/artigos/carlos-leite-instrumentos-urbanos-inovadores>>
Acesso em 02 Out. 2016
- DUANY, Andrés; PLATER-ZYBERK, Elizabeth; SPECK, Elizabeth. The Rise of Sprawl Suburban and the Decline of Nation: the American Dream. New York: North Point Press, 2000.
- FARR, D. Urbanismo sustentável – desenho urbano com a natureza, Porto Alegre: Bookman, 2007
- GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- JACOBS, J. Vida e Morte das Grandes Cidades Americanas. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001 (1961 ed. original).
- KATZ, Peter. The new urbanism, toward architecture of community. New York: McGraw-Hill, 1994
- LEITE, Carlos.; AWAD Juliana C. Marques. Cidades Sustentáveis Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2012.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável. São Paulo: Annablume/EDIFURB, 2ªEd., 2001.
- REIS FILHO, Nestor G. Notas sobre urbanização dispersa e novas forma de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006 – 201p.
- RIO, Vicente Del; RHEINGANTZ, P. A. ; KAISER, Scott. New Urbanism, Smart Growth e LEED-ND: Novos Rumos para o Projeto Urbano nos E.U.A. e possíveis ensinamentos para o Brasil. In: Projetar 2009: Projeto como investigação, 2009, São Paulo. Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009. v. 1. p. 1-17.
- ROGERS, Richard. Cidades para um Pequeno Planeta. Barcelona: Editora G. Gilli, 2001.
- SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, São Paulo, 01 ago. 2014. Suplemento especial.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO-PMSP, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Projetos de Intervenção Urbana. São Paulo, 2016.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.